

Fábio Zambitte Ibrahim

CURSO DE DIREITO PREVIDENCIÁRIO

24ª EDIÇÃO, REVISTA E ATUALIZADA



Niterói, RJ

2019



© 2019, Editora Impetus Ltda.

Editora Impetus Ltda.

Rua Alexandre Moura, 51 – Gragoatá – Niterói – RJ

CEP: 24210-200 – Telefax: (21) 2621-7007

CONSELHO EDITORIAL

ANA PAULA CALDEIRA • BENJAMIN CESAR DE AZEVEDO COSTA

ED LUIZ FERRARI • EUGÊNIO ROSA DE ARAÚJO

FÁBIO ZAMBITTE IBRAHIM • FERNANDA PONTES PIMENTEL

IZEQUIAS ESTEVAM DOS SANTOS • MARCELO LEONARDO TAVARES

RENATO MONTEIRO DE AQUINO • ROGÉRIO GRECO

VITOR MARCELO ARANHA AFONSO RODRIGUES • WILLIAM DOUGLAS

Projeto Gráfico: Editora Impetus Ltda.

Editoração Eletrônica: SBNigri Artes e Textos Ltda.

Capa: Claudio Duque

Revisão de Português: Carmem Becker

Impressão e encadernação: Edelbra Editora e Indústria Gráfica Ltda.

II4d

Ibrahim, Fábio Zambitte
Curso de direito previdenciário / Fábio Zambitte Ibrahim. – 24. ed. – Rio
de Janeiro: Impetus, 2019.
896 p. ; 17x24cm.

ISBN: 978-85-299-0011-7

1. Previdência social – Legislação – Brasil.

CDD: 345.8102

114E+15

O autor é seu professor; respeite-o: não faça cópia ilegal.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – É proibida a reprodução, salvo pequenos trechos, mencionando-se a fonte. A violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610/1998) é crime (art. 184 do Código Penal). Depósito legal na Biblioteca Nacional, conforme Decreto nº 1.825, de 20/12/1907.

A **Editora Impetus** informa que quaisquer vícios do produto concernentes aos conceitos doutrinários, às concepções ideológicas, às referências, à originalidade e à atualização da obra são de total responsabilidade do autor/atualizador.

www.impetus.com.br

SUMÁRIO

Capítulo 1 – A Seguridade Social: Conceito, Origem e Histórico	1
1. A origem da Proteção Social.....	1
2. Conceito de Seguridade Social	5
3. A Saúde.....	8
4. A Assistência Social.....	12
4.1. Benefício Assistencial.....	17
4.1.1. BPC para estrangeiros.....	23
4.2. Outras Ações	24
5. A Previdência Social	26
5.1. Natureza Jurídica e Principais Características	27
5.2. A Privatização da Previdência Social.....	29
5.3. Regimes Previdenciários	31
5.4. Regimes Próprios de Previdência de Servidores Públicos.....	34
5.5. Sistema de Inclusão Previdenciária	37
5.6. Regimes de Financiamento e Equilíbrio Financeiro e Atuarial.....	39
5.7. Caráter Unitário ou Dúplice da Relação Jurídica Previdenciária?.....	42
6. Evolução Histórica.....	44
6.1. Reflexões da Análise Histórica – O Embate entre os Modelos Bismarckiano e Beveridgiano de Proteção Social.....	50
7. Evolução Histórica e Legislativa no Brasil	53
8. Organização e Princípios Constitucionais.....	61
9. A Seguridade Social como Direito Humano.....	77
 Capítulo 2 – A Constituição e a Seguridade Social – Principais Dispositivos	 83
1. Previsão Constitucional	83
2. O Financiamento da Seguridade Social	84
2.1. As Contribuições Sociais.....	85
2.1.1. Competência.....	85
2.1.2. Natureza jurídica.....	85
2.1.3. Previsão constitucional	87

2.2.	Criação de Novas Contribuições Sociais.....	108
2.3.	A Noventena das Contribuições Sociais	109
2.4.	O Pequeno Produtor Rural e o Pescador Artesanal.....	110
2.5.	Imunidade das Entidades Beneficentes de Assistência Social	110
2.6.	Alíquotas e Base de Cálculo Diferenciadas	111
2.7.	Remissão e Anistia de Contribuições Sociais.....	113
2.8.	Não Cumulatividade das Contribuições Sociais.....	114
2.9.	Substituição da Contribuição sobre a Folha de Pagamento pela COFINS.....	115
2.10.	Orçamento da Seguridade Social.....	116
2.11.	Contratação com o Poder Público.....	117
2.12.	Aumento e Criação de Benefícios Previdenciários	117
2.13.	Requisitos Diferenciados para a Aposentadoria	118
2.14.	A Garantia do Salário-Mínimo	119
2.15.	A Habitualidade dos Ganhos e Sua Repercussão no Benefício.....	120
2.16.	Destinação Exclusiva das Contribuições Previdenciárias	120
2.17.	Competência da Justiça do Trabalho Para Cobrança de Contribuições.....	122
2.18.	Contagem Recíproca e Averbação de Tempo de Contribuição	123
Capítulo 3 – Legislação Previdenciária		141
1.	Conceito	141
2.	Fontes do Direito Previdenciário	142
3.	Autonomia do Direito Previdenciário.....	143
4.	Aplicação das Normas Previdenciárias: Vigência, Hierarquia, Interpretação e Integração	146
Capítulo 4 – Regime Geral de Previdência Social.....		171
1.	Conceito	171
2.	Beneficiários do Regime Geral de Previdência Social	172
3.	Filiação e Inscrição.....	173
3.1.	Filiação	173
3.2.	Inscrição.....	175
4.	Segurados Obrigatórios.....	179
5.	Segurado Facultativo.....	211
6.	O Conceito Previdenciário de Empresa e Empregador Doméstico	213
6.1.	Empresa	214
6.1.1.	Matrícula da empresa.....	217
6.1.2.	A questão das cooperativas.....	218
6.2.	Empregador Doméstico	220

Capítulo 5 – Financiamento da Previdência Social.....	221
1. Introdução	221
2. Contribuição dos Segurados	222
3. Contribuição da Empresa.....	239
4. Evolução Legislativa sobre o Tema.....	240
5. A Contribuição Incidente sobre as Remunerações de Empregados e Avulsos.....	240
6. A Contribuição Incidente sobre as Remunerações de Contribuintes Individuais	242
6.1. A Questão da Contribuição da Empresa sobre a Remuneração de Traba-	
lhadores sem Vínculo Empregatício	244
7. O Adicional das Instituições Financeiras.....	246
8. Desoneração da Folha de Pagamento.....	247
9. O Seguro de Acidentes do Trabalho – SAT	251
9.1. Beneficiários do SAT.....	256
9.2. A Contribuição para o Seguro de Acidentes do Trabalho – SAT e para o	
Custeio da Aposentadoria Especial.....	257
9.2.1. A parcela básica do SAT.....	257
9.2.2. O Fator Acidentário de Prevenção	262
10. Aspectos Controvertidos do Seguro de Acidentes do Trabalho e do Fator	
Acidentário de Prevenção	267
10.1. O adicional ao SAT	271
11. As Cooperativas de Trabalho e a Contribuição de 15% sobre o Valor Bruto da	
Nota Fiscal ou Fatura de Serviços.....	275
12. Parcelas Integrantes da Base de cálculo	277
13. Parcelas Excluídas da Base de cálculo	279
14. A Contribuição do Empregador Doméstico.....	280
15. Contribuições Substitutivas da Parte Patronal	281
15.1. Associações Desportivas que Mantêm Equipe de Futebol Profissional	282
15.2. Produtores Rurais.....	284
16. Outras Receitas da Seguridade Social	293
17. Destinação das Contribuições Sociais.....	293
18. Simples Nacional.....	295
19. Contribuições para Terceiros.....	299
Capítulo 6 – Salário-de-Contribuição.....	313
1. Conceito	313
2. Segurados Empregado e Avulso	315
3. Empregado Doméstico	316

4. Contribuinte Individual.....	317
4.1. O Salário-Base	318
4.2. A Regra de Transição.....	319
5. Segurado Facultativo.....	320
6. Limites do Salário-de-Contribuição.....	321
6.1. Limite Mínimo	321
6.2. Limite Máximo	322
7. Composição do Salário-de-Contribuição.....	322
7.1. Parcelas Integrantes do Salário-de-Contribuição.....	322
7.2. Parcelas Não Integrantes do Salário-de-Contribuição.....	326

Capítulo 7 – Arrecadação das Contribuições Destinadas à Seguridade Social e Recolhimento Fora do Prazo..... 345

1. Regras principais	345
2. Recolhimento da Contribuição Relativa à Comercialização da Produção Rural...	348
3. Recolhimento em Atraso – Juros e multa de mora	349
4. Cálculo de Contribuições em Atraso, Retroação da Data de Início de Contribuição e Indenização dos Contribuintes Individuais	352

Capítulo 8 – Obrigações Acessórias e Responsabilidade Solidária..... 357

1. Introdução	357
2. Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social – GFIP.....	360
3. Sped Folha – <i>Esocial</i>	363
3.1. Empresa com pequena atividade comercial em via pública	364
4. Responsabilidade Solidária.....	364
5. A Retenção de 11% sobre o Valor Bruto da Fatura ou Nota Fiscal.....	365
6. Construção Civil.....	371
7. Grupo Econômico	372
8. Administradores Públicos.....	372
9. Empresário, Sócio de Sociedade Limitada, Acionistas Controladores, Administradores e Diretores de Sociedades Anônimas.....	373
10. Operador Portuário e Órgão Gestor de Mão de obra.....	375
11. Responsabilidade Solidária e Retenção de 11% Frente à Administração Pública.....	376

Capítulo 9 – Constituição do Crédito Previdenciário, Parcelamento do Débito e Execução Fiscal.....	379
1. Procedimento Fiscal	379
1.1. Início de Ação Fiscal e Intimação para Apresentação de Documentos.....	379
1.2. Aferição Indireta	380
1.3. Constituição do Crédito.....	382
2. Parcelamento de Contribuições e Demais Importâncias Devidas à Seguridade Social	384
3. representação fiscal para fins penais.....	387
4. Dívida Ativa	388
Capítulo 10 – Decadência e Prescrição.....	393
1. Introdução	393
2. Decadência e Prescrição no Benefício	394
2.1. A Previsão Legal do Caput do Art. 103 da Lei no 8.213/91.....	394
2.2. A Previsão Legal do Parágrafo Único do Art. 103 da Lei no 8.213/91.....	400
2.3. A Previsão Legal do Art. 104 da Lei no 8.213/91	401
2.4. Retroação do prazo prescricional.....	402
3. Revisão do benefício pela própria administração	404
4. Decadência e Prescrição no Custeio	406
4.1. Introdução.....	406
4.2. Consenso sobre o Tema.....	407
4.3. Decadência das Contribuições Previdenciárias.....	407
4.4. Prescrição das Contribuições Previdenciárias.....	409
4.5. A Questão dos Prazos Decadencial e Prescricional.....	410
4.6. O Art. 45-A da Lei nº 8.212/91 – A Possibilidade de Exigência de Recolhimento do Contribuinte Individual a Qualquer Tempo	412
Capítulo 11 – Restituição e Compensação de Contribuições.....	417
1. Introdução	417
2. Restrições.....	419
3. A Restituição	419
4. A Compensação.....	421
5. Reembolso de Pagamento	423
Capítulo 12 – Imunidade de Contribuições.....	425
1. Introdução	425
2. Requisitos de Certificação por Setor	427

2.1. Saúde.....	427
2.2. Educação.....	429
2.3. Assistência Social.....	430
3. Concessão e Cancelamento.....	431
4. Recursos e Representação.....	432
5. O Conselho nacional de assistência social – CNAS.....	433
6. O Debate Atual em Torno da Questão.....	435
7. Direito Adquirido à Imunidade.....	436
Capítulo 13 – Prova de Inexistência de Débito – CND.....	439
1. Introdução.....	439
2. Situações Gerais de Necessidade do Documento.....	440
3. Construção Civil.....	441
4. Produtor Rural.....	442
5. Contratações de Operação de Crédito Público.....	443
6. Obtenção de Verbas dos Fundos de Participação.....	443
7. Indicação de Finalidade.....	444
8. Validade do Documento.....	445
9. Dispensa da CND.....	445
10. Situações Passíveis de Obtenção da CND.....	447
11. Certidão Positiva de Débito com Efeitos de Negativa.....	448
12. Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP.....	448
Capítulo 14 – Crimes Contra a Seguridade Social.....	453
1. Introdução.....	453
2. Apropriação Indébita Previdenciária.....	453
3. Sonegação de contribuição previdenciária.....	459
4. Falsificação de Documento Público.....	462
5. Inserção de dados falsos em sistema de informações.....	463
6. Modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações.....	464
7. Estelionato.....	465
8. A Extinção da Punibilidade dos Crimes de Apropriação Indébita Previdenciária e Sonegação de Contribuição Previdenciária na Lei nº 11.941/2009.....	467
9. Regras Gerais.....	468

Capítulo 15 – Infrações à Legislação Previdenciária	473
1. Introdução	473
2. Valores das Multas.....	473
3. Circunstâncias Agravantes.....	477
4. Gradação das Multas	477
Capítulo 16 – Recurso das Decisões Administrativas	479
1. Introdução – O Processo Administrativo.....	479
2. Princípios do Processo Administrativo	482
3. O processo no Custeio.....	484
4. O Processo no Benefício.....	489
5. Conselho de Recursos do Seguro Social – CRSS.....	496
6. Justificação administrativa	499
7. A prova no processo administrativo de benefícios	501
7.1. Provas Admitidas no Processo	502
7.2. Prova Direta e Prova Indireta	503
7.3. Conceito de Início de Prova Material.....	505
Capítulo 17 – Plano de Benefícios da Previdência Social	509
1. Regimes Previdenciários	509
2. Beneficiários do RGPS.....	510
2.1. Filho Inválido ou com Deficiência Mental ou Intelectual ou Deficiência Grave.....	515
2.2. Menor sob Guarda	517
2.3. União Homoafetiva.....	518
2.4. União Estável com Segurado(a) já Casado(a).....	519
2.5. Consequências na Separação ou Divórcio	522
3. Manutenção e perda da qualidade de segurado – período de graça.....	524
3.1. Prazos.....	526
3.2. Perda da Qualidade – Momento, Efeitos, Recuperação.....	530
4. Carência	534
5. Salário-de-Benefício	543
5.1. Fator Previdenciário	547
5.2. Disposições Gerais sobre o Salário-de-Benefício	552
6. Renda Mensal de Benefício.....	555
7. Reajustamento do Valor e Pagamento dos Benefícios	559
7.1. Correção do Benefício Previdenciário com Base na Súmula nº 260 do Extinto Tribunal Federal de Recursos.....	562

7.2.	Correção do Benefício Previdenciário pelo Número de Salários--Mínimos..	563
7.3.	Correção do Benefício Previdenciário pela Lei nº 8.213/91.....	565
7.4.	Revisão do Benefício pelo Aumento do Teto pelas EC nos 20/98 e 41/2003.....	567
7.5.	Outras Questões Envolvendo a Correção do Benefício Previdenciário	568
7.6.	Regras Gerais de Pagamento do Benefício	570
8.	Descontos Legalmente Autorizados na Renda Mensal do Benefício	572

Capítulo 18 – Prestações Previdenciárias 577

1.	Aposentadoria por Invalidez	577
2.	Aposentadoria por Idade.....	584
2.1.	Aposentadoria por Idade Compulsória	587
2.2.	Aposentadoria por Idade do Trabalhador Rural	589
2.3.	Aposentadoria por Idade das Mulheres.....	594
3.	Aposentadoria por Tempo de Contribuição.....	595
3.1.	Aposentadoria dos Professores	598
3.2.	Tempo de Contribuição.....	600
3.3.	Regra 95/85	606
4.	Aposentadoria da Pessoa com Deficiência	609
5.	Aposentadoria Especial.....	612
5.1.	Os Benefícios Em Condições Especiais.....	612
5.2.	Regras Gerais	613
5.3.	Efetiva Exposição a Agentes Nocivos.....	614
5.4.	Comprovação da exposição a agentes nocivos – LTCAT e PPP.....	616
5.5.	Beneficiários	619
5.6.	Data de Início, Renda Mensal e Cessação	621
5.7.	Periculosidade e Penosidade	622
5.8.	Variações Legislativas de Agentes Nocivos.....	623
5.9.	Conversão de Tempo de Trabalho	625
6.	Auxílio-doença	631
6.1.	Evento Determinante	631
6.2.	Provisoriamente.....	633
6.3.	Regras Gerais	634
6.4.	Segurado com mais de uma Atividade Remunerada	637
6.5.	Novo Benefício em 60 dias após a Alta.....	637
6.6.	Alta Programada.....	638
6.7.	Complementação do Valor do Auxílio-Doença pela Empresa.....	639
6.8.	Modalidades de Auxílio-Doença: Comum e Acidentário.....	639
6.9.	Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário – NTEP.....	640
7.	Salário-Família.....	644

8. Salário-Maternidade.....	647
8.1. Falecimento da segurada ou segurado	655
8.2. A Extensão da Licença-Maternidade das Empregadas pela Lei nº 11.770/08.....	655
9. Auxílio-Acidente	657
10. Pensão por Morte.....	662
11. Auxílio-Reclusão.....	671
12. Serviço Social.....	675
13. Habilitação e Reabilitação Profissional.....	676
14. Abono Anual.....	679
Capítulo 19 – Principais Regras de Transição	681
1. Introdução	681
2. Regras Transitórias Definidas pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98 ...	681
2.1. Regra Transitória para a Aposentadoria por Tempo de Contribuição Integral (art. 9º, <i>caput</i> , EC nº20/98)	682
2.2. Regra Transitória para a Aposentadoria por Tempo de Contribuição Proporcional (art. 9º, § 1º da EC nº 20/98)	684
3. Regras Transitórias Definidas pela Lei Ordinária nº 9.876/99	686
4. Regras Transitórias da EC nº 41/2003.....	687
4.1. Regra Transitória 1 (art. 2º, EC nº 41/2003).....	688
4.2. Regra Transitória 2 (art. 6º, EC nº 41/2003).....	690
4.3. Regra Transitória 3 (art. 3º, EC nº 47/2003).....	691
Capítulo 20 – Assuntos Gerais de Benefícios	697
1. Acumulação de Benefícios	697
2. Segurado em Débito com a Previdência Social	699
3. Benefícios de Legislação Especial.....	700
3.1. Jornalista Profissional.....	701
3.2. Atleta Profissional de Futebol	701
3.3. Aeronauta.....	702
3.4. Anistiado Político.....	703
3.5. Ex-Combatente.....	706
3.6. Portadores da Síndrome da Talidomida.....	709
3.7. Seringueiro	710
3.8. Ferroviário	712
3.9. Hanseníase.....	713
4. Desaposentação e Despensão.....	714
5. Recadastramento de Benefícios	718

6. Pesquisa pelo INSS para Comprovação de Vínculo	719
7. CNIS para a Concessão de Benefícios	719
8. Pagamento Mediante Convênio	722
Capítulo 21 – Competência para Julgamento das Lides Previdenciárias	723
1. Introdução	723
2. Custeio	725
3. Benefícios Comuns	726
4. Benefícios Decorrentes de Acidente de Trabalho	728
5. Juizados Especiais Federais	729
6. Execução de Contribuições Decorrentes de Decisões da Justiça do Trabalho.....	731
6.1. Introdução.....	731
6.2. Procedimento Legal	732
6.3. Momento de Ocorrência do Fato Gerador e seus Efeitos.....	734
6.4. Discriminação das Parcelas Pagas	737
Capítulo 22 – A Previdência Social do Servidor Público.....	741
1. Regras Gerais	741
2. Benefícios Previdenciários do Servidor Previstos na Constituição	743
2.1. A PEC da Bengala	746
2.2. Nova Regra de Cálculo das Aposentadorias	747
2.3. Pensão por Morte.....	750
3. O Fim da Paridade e a Questão do Teto Remuneratório Equivalente ao RGPS	752
4. Atualização das Remunerações na Confecção da Média.....	754
5. Contribuição do Servidor Inativo e Pensionista.....	754
6. Abono de Permanência	757
7. Um Único Regime Próprio por Ente Federativo	758
8. Contribuição dos Servidores Ativos.....	759
9. Manutenção do Direito Adquirido.....	760
10. Mudança de Cargo/Carreira no Serviço Público	761
11. A Disciplina da Lei nº 10.887/2004	761
11.1. Regras de Custeio do RPPS na Lei nº 10.887/2004	764
11.2. Contribuição do Ente Federativo ao RPPS	766
11.3. Disposições Finais da Lei nº 10.887/2004	767
12. Revisão de Aposentadorias ou Pensões pela Administração.....	768

Capítulo 23 – Previdência Complementar.....	769
1. Introdução	769
2. Conceitos Elementares.....	771
3. Aplicação do Código de Defesa do Consumidor na Previdência Complementar	773
4. O Equilíbrio Financeiro e Atuarial.....	775
5. Regime Aberto de Previdência Complementar – EAPC.....	778
6. Regime Fechado de Previdência Complementar – EFPC	779
7. Planos de Benefícios.....	781
7.1. Plano de Benefícios nas Entidades Abertas.....	782
7.2. Plano de Benefícios nas Entidades Fechadas.....	783
8. Normas Constitucionais sobre a Previdência Complementar.....	786
9. A Criação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar.....	788
10. Expurgos Inflacionários	790
11. A Previdência Complementar no Serviço Público	791
11.1. A Questão dos Regimes Próprios	791
11.2. O Regime Complementar para Servidores Públicos	792
11.3. A Funpresp.....	794
11.3.1. Finalidade e Vigência	794
11.3.2. Ministério Público Federal e Exercentes de Mandato Eletivo.....	796
11.3.3. Natureza Jurídica.....	797
11.3.4. Plano de Benefícios	800
11.3.5. Servidores com Ingresso em RPPS anterior à Lei nº 12.618/2012 – Opção Pelo Benefício Especial	801
11.3.6. Ingresso e Manutenção da Filiação	804
11.3.7. Portabilidade e Resgate.....	805
12. Previdência Complementar com Adesão Automática.....	806
13. Competência Jurisdicional nas Lides entre Participante e Entidade Previdenciária.....	807
Súmulas Previdenciárias.....	811
Supremo Tribunal Federal.....	813
Referências Bibliográficas.....	849
Índice Remissivo	853